

O governador Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, resumiu bem a urgência das reformas ao dizer que o país está indexado ao real, que por sua vez está indexado à alteração da Constituição. A consolidação da estabilização da economia e a retomada os investimentos passam pela aprovação das emendas até meados do ano. O Congresso Nacional tem enorme responsabilidade nesse processo.

Renovado em mais da metade, em início de legislatura, o novo Congresso se concentra na elevação do nível de trabalho, de eficiência e produtividade. A idéia geral é tentar abreviar ao máximo o prazo de tramitação das propostas.

A primeira medida é a pronta instalação da Comissão de Constituição e Justiça, a montagem das comissões especiais que apreciarão o mérito das emendas e a escolha de relatores experientes para cada proposta. Em seguida, seria recomendável — é a opinião do líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) — que os parlamentares trabalhassem de segunda a sexta, e não apenas de terça a quinta, uma vez que os prazos no Congresso são fixados em número de sessões.

O governo conta com as novas lideranças das duas Casas, o senador José Sarney (PMDB-AP) e o

deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), comprometidos publicamente em mudar a imagem de um Legislativo lerdo e omissor. Luís Eduardo acredita que é coisa do passado a ditadura do Colégio de Líderes, centralizadora e autoritária, decidindo por consenso por cima da cabeça dos seus comandados. Agora, se não houver consenso, pretende levar a matéria à votação no plenário. O importante é ter sempre o que votar.

Os dois presidentes do Senado e da Câmara pediram apenas ao presidente da República, que esteve em visita ao Congresso na última sexta-feira, que não envie mais medidas provisórias ao Congresso pois elas têm precedência sobre as outras matérias e poderiam atrasar a apreciação das reformas.

Ambos sabem que o Brasil tem os olhos postos no poder Legislativo. O país não deseja que se repita o sistemático obstrucionismo que marcou a abortada revisão constitucional, nem as repetidas demonstrações de infidelidade partidária pelas bancadas de interesses corporativos que extrapolam as legendas e obedecem apenas às suas lideranças particulares.

Os eleitores não querem mais saber de “corretagem de siglas”, nem de transações miúdas. Desta vez, o Brasil tem pressa.